

O poder político e as configurações
político-partidárias na Paraíba
(1930-1950)

*Political power and political-party
configurations in Paraíba (1930-1950)*

<https://doi.org/10.26512/rhh.v11i22.52212>

Martinho Guedes dos Santos Neto

Universidade Federal da Paraíba

<https://orcid.org/0000-0003-3303-9043>

martinho.clio@gmail.com

Mariana Karen Alves dos Santos

Universidade Federal da Paraíba

<https://orcid.org/0009-0003-0488-1271>

mkarenalves@gmail.com

Resumo

Este artigo trata da formação das elites político-partidárias na Paraíba, analisamos como se comportaram esses grupos políticos a partir do rompimento do sistema oligárquico-coronelista e no desenrolar dos acontecimentos de 1930 até 1950. Para entender esse processo, examinamos o funcionamento das redes de influência na Paraíba, buscando avaliar a importância do personalismo político na manutenção do poder. Tratamos de elucidar como as elites políticas da Paraíba se apropriaram dos espaços do poder público para garantir sua sobrevivência no jogo político, obter benefícios políticos e econômicos e para manter seu domínio dentro do aparelho estatal.

Palavras-chave

Poder Político; Paraíba pós-1930; Representatividade Parlamentar; Partidos Políticos.

Abstract

This article deals with the formation of party political elites in Paraíba, we analyzed how these political groups behaved after the rupture of the oligarchic-coronelista system and the unfolding of events from 1930 to 1950. To understand this process, we examined the functioning of influence networks in Paraíba, seeking to assess the importance of political personalism in maintaining power. We try to elucidate how the political elites of Paraíba appropriated the spaces of public power to guarantee its survival in the political game, obtain political and economic benefits and to maintain its dominance within the state apparatus.

Keywords

Political power; Paraíba post-1930; Parliamentary Representativeness; Political Parties

Quando discutirmos grupos de poder, examinamos as relações políticas desses grupos com o Estado, numa perspectiva vertical, de modo a perceber como os espaços políticos no Brasil foram ajustados de forma a se alinharem aos ditames do pós-1930. Em um conjunto de ajustes, avanços e recuos, o estado da Paraíba também experimentou rearranjos que ora buscavam o alinhamento político institucional, ora entravam em confronto com a tradição política de certos grupos, sobretudo, já que o espaço político paraibano esteve dominado por uma prática de poder oligarquizada e centrada na tradição familiar, cujo *status* passava necessariamente pela posse da terra, pelas relações de parentela e clientelismo desses grupos familiares junto ao Estado.

Portanto, discutir as conformações de poder depois de 1930 na Paraíba nos permite compreender como a tradição político-familiar se reorganizou frente ao centralismo varguista pós-1930 e quais os seus contornos no cenário da volta do jogo político-partidário pós Estado Novo (1937-1945). Pode-se então reconhecer o espaço político paraibano como um espaço de elite e de permanências, ainda que se percebam avanços. Para tanto, buscamos evidenciar os elementos que compõem a representatividade política da Paraíba no pós-1930, assentada em uma cultura bacharelesca e agrária.

A (Re)organização político-partidária da Paraíba pós-30 (1930-1947)

A identificação das elites políticas¹ na Paraíba não prescinde de uma análise da continuidade dos fatores políticos e estruturais que permitiram que esses grupos se mantivessem no poder. Tais grupos políticos já estavam sedimentados na política local desde a Primeira República (1889-1930) e trata-se, portanto, de compreender suas estratégias para permanecerem nos espaços de influência política e como efetivamente os laços de poder se mantiveram na (re)organização político-partidária do pós-1930.

¹ Segundo Perissinotto (2012), as elites políticas são a classe dominante da sociedade, exercem influência nos âmbitos político, econômico e social, monopolizando esses espaços de poder em benefício próprio e controlando todas as funções políticas. Com isso, conseguem ter acesso a diversos recursos sociais, que podem ser usados para influenciar as decisões políticas. Essas elites se apropriam da ideia de que as massas são inerentemente incompetentes para uma atividade política. Defendendo que, devido ao seu conhecimento e ao controle dos meios de produção, têm maior capacidade de tomar decisões políticas, reservando para si o direito de se inserir nas políticas instituídas e no funcionamento do Estado. Reforçando, assim, a posição de poder e privilégio das elites políticas, perpetuando desigualdades sociais e concentrando o poder em poucas mãos.

É preciso observar que, na Paraíba, durante a Primeira República (1889-1930), dois grupos oligárquicos protagonizaram a cena política: o grupo denominado de oligarquia Alvarista² e o grupo identificado como oligarquia Epitacista³. Ambos dominaram o governo do estado por mais de 30 anos, através do personalismo político e dos agentes correligionados que exerceram influência nas relações políticas, sociais e econômicas da Paraíba.

A oligarquia Alvarista (1892-1915) foi responsável pela organização do Partido Republicano da Paraíba (PRP), colocando Álvaro Machado como chefe do partido até sua morte em 1912. Nesse caso, ainda que as bases alvaristas tentassem manter a homogeneidade do partido, o clima de esgotamento político da época e a conjuntura nacional no contexto da Primeira Guerra (1914-1918) ensejaram a entrada de novos membros no partido, entre eles Eptácio Pessoa⁴, que assumiu a chefia partidária e transformou o PRP em Partido Republicano Conservador Paraibano (PRCP), dando início período de predomínio da oligarquia epitacista (1915-1930). A redefinição das lideranças e, conseqüentemente, a ascensão de outro grupo oligárquico ao cimo da política paraibana deram-se em meio às disputas para formação da chapa paraibana que concorreu à Câmara e ao Senado na eleição de 1899. A aproximação com os inimigos do alvarismo ensejou o rearranjo da correlação de forças e a ascensão de Eptácio Pessoa como líder oligarca.

Nessa conjuntura, a definição e a organização dos partidos locais cabia ao chefe oligarca; competia a ele dispor da estrutura partidária segundo os interesses do seu grupo de poder. Nesse quadro, portanto, até meados de 1945,

2 A oligarquia Alvarista, se iniciou em fevereiro de 1892, em meio a conjuntura da deposição de Deodoro da Fonseca (1889-1891), cujos apoiadores perderam seus cargos, sendo substituídos pelos aliados do então presidente Floriano Peixoto (1891-1894). Com essa conjuntura, para o cargo de presidente do Estado da Paraíba, Floriano Peixoto nomeou o engenheiro militar Álvaro Machado, que exerceu dois mandatos como presidente do estado (1892-1896 e de 1904-1908). Álvaro Machado estabeleceu a sua dominação político-oligarca apoiando-se no predomínio da influência familiar e de grupal, governando pessoalmente ou através de pessoas de sua confiança, o que lhe rendeu um dos domínios oligárquicos mais longos da História do Brasil (RODRIGUES, 1989, p. 70). O próprio Álvaro Machado tinha suas ramificações familiares na Paraíba, cuja rede de influência permitiu-lhe estabelecer sua dominação oligárquica por essa rede de influência.

3 A oligarquia Eptacista (1915-1930), foi caracterizada pelo grupo político-personalista concentrado na figura de Eptácio Pessoa, que buscava expandir sua rede de influência na convergência de aliados. Nos "anos dos Alvaristas", Eptácio ampliou suas alianças locais, haja vista sua nomeação para o cargo de Ministro da Justiça e Negócios Interiores do Brasil no governo de Campos Sales (1898-1902), o que contribuiu para o fortalecimento de suas bases políticas em âmbito estadual. Sua eleição para a presidência da República (1919-1922), permitiu o crescimento das suas bases oligárquicas no estado.

4 Sobre a política paraibana na Primeira República e a oligarquia de Eptácio Pessoa ver: RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. A gangorra do poder (Paraíba – 1889/1930). João Pessoa: Universidade/UFPB, 1989. Ver também: LEWIN, Linda. Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

as agremiações partidárias estiveram organizadas e submetidas aos ditames dos grupos de poder local. Os partidos políticos, na Paraíba desse período, serviram não como força coletiva agregadora de um projeto de ação política, mas o que prevaleceu foram ações políticas para favorecimento dos interesses de seus chefes, disseminadas através do personalismo político dos grandes líderes das oligarquias, como nos demais estados da federação.

O personalismo político, portanto, predominou como forma de poder e organização dos partidos estaduais, em função dos interesses particulares dos oligarcas locais, sem conexões com os partidos de outros estados, embora pudessem até compartilhar os mesmos nomes e siglas. Os partidos políticos existentes antes do Estado Novo (1937-1945) serviram como agrupamentos políticos utilizados apenas para institucionalizar candidaturas e estabelecer alianças no interior das disputas oligárquicas. Era comum que um dos lados em conflito deixasse o partido de origem e formasse sua própria legenda partidária, o que expunha as rachaduras internas da classe dominante. No caso da Paraíba esse jogo político

*[...] ficou potencialmente registrado nas correspondências trocadas entre os irmãos Pessoa e revelam a existência de uma espécie de boletim informativo da “política geral”, momento em que Epiácio Pessoa expunha privadamente os bastidores da política na Capital Federal e a sua reverberação na configuração dos estados, especialmente da Paraíba. O jogo político da Primeira República, em que pese a regra geral de que os negócios da política dos estados eram resolvidos no Rio de Janeiro, era partilhado com Antônio Pessoa em muitos detalhes. Na visão de Epiácio Pessoa, os bastidores do jogo político republicano eram marcados pela existência de interesses diversos, onde determinadas lideranças mostravam-se inacessíveis “para todos que não são da sua panelinha; para estes sempre têm na boca a lei e a econômica, para os amigos do peito a lei de nada vale e fazer economia é ser besta”. Eram “o vezo de todos os catões caricatos”.*⁵

Com a “Revolução de 1930”, Getúlio Vargas propôs uma nova configuração política de poder, que buscava uma transformação significativa na história

⁵ Ver: GOMES, Jordan Queiroz. A família Pessoa, o prestígio e a tradição: encenações e práticas oligárquicas na Paraíba (1889-1942). 2018. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018, p. 161.

das elites brasileiras. Essa proposta, baseada no centralismo estatal, pretendia estabelecer o poder central como dominante e influente nas questões políticas nacionais, regionais e locais.

Para alcançar esse objetivo, Getúlio Vargas implantou o “Sistema de Interventorias” nos estados, que paulatinamente centralizou as administrações estaduais e as alinou aos interesses nacionais, permitindo um maior controle da estrutura política e administrativa do país.

Essa abordagem centralizadora, no entanto, não implicou no colapso dos grupos de poder local. A maioria dos interventores na Paraíba manteve uma relação estrutural com os grupos locais, porque eram também em parte oriundos desses mesmos grupos. O personalismo político e a identificação de lideranças individuais foram os instrumentos utilizados pelos grupos políticos locais para exercer influência e articular seus interesses, mesmo que de forma gradual, diante da estrutura intervencionista.

O personalismo político na Paraíba pós-1930 operou revestindo lideranças individuais de um poder simbólico⁶ que privilegiou a dinâmica social e política dos mesmos grupos na sociedade paraibana em suas vinculações sócio-políticas e em seus espaços de influência e atuação: formações partidárias, personalismos políticos, discursos e quaisquer outros mecanismos que objetivassem consolidar o poder simbólico dos líderes políticos sobre a sociedade.

Essa estratégia personalista passou a atuar de forma mais discreta, como mecanismo para organizar as redes de influência dos grupos políticos, na constante tentativa de obter posição de privilégio frente às medidas centralizadoras que buscavam intervir nas atividades das elites políticas locais. O resultado que se percebeu foi uma remodelação da lógica de influência dos políticos locais, que buscava gradativamente influir por dentro da máquina es-

6 Ver: BOURDIEU, Pierre. O poder Simbólico. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

tatal. Ainda que o sistema de interventorias estivesse amplamente estabelecido, as eleições definidas pelo código eleitoral de 1932⁷ evidenciaram a forte influência e o personalismo político de José Américo de Almeida⁸ na Paraíba.

A consolidação do capital político dos grupos de poder local na Paraíba pós-1930 evidencia como o centralismo varguista se conectou com as especificidades políticas dos estados. Nestes termos, o centralismo estatal proposto por Getúlio Vargas não prescindiu das bases de poder local para se consolidar enquanto poder. Isso não significa dizer que depois de 1930 a Paraíba reestabeleceu a dinâmica de poder da Primeira República, mas que operou por dentro da estrutura estatal o novo desenho, pela formação de grupos de poder dentro da máquina estatal, em um processo paulatino de reconstrução das redes de influência política.

Embora houvesse esforços dos interventores para que fossem concretizadas as mudanças político-institucionais, com o distanciamento estatal dos arranjos do coronelismo⁹ e das oligarquias, houve na Paraíba pós-1930 uma disputa acirrada pela manutenção do poder entre as facções políticas dominantes do

7 Com o objetivo de trazer uma regulamentação para as eleições depois de 1930, “O Código Eleitoral foi promulgado em 24 de fevereiro de 1932, pelo Governo Provisório instaurado após a Revolução de 1930 e chefiado por Vargas para regular as eleições de 1933. O conteúdo das medidas incorporadas pelo Código representa um marco na história das instituições eleitorais brasileiras: adotaram-se o voto secreto, a representação proporcional, o voto feminino e o voto obrigatório, além de se terem criado a Justiça Eleitoral e a representação das classes profissionais”. Ver: ZULINI, Jaqueline Porto & RICCI, Paolo. “O Código Eleitoral de 1932 e as eleições da Era Vargas: um passo na direção da democracia?”. IN: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol 33, no 71, p.600-623, Setembro-Dezembro 2020, p. 602.

8 José Américo de Almeida em 1928 iniciou sua participação no governo de João Pessoa na Paraíba como secretário do Interior. Participou ativamente das articulações do movimento revolucionário para depor o presidente Washington Luís em 1930. Após a vitória do Movimento de 1930, José Américo foi designado chefe civil da revolução nos estados do Norte e Nordeste, cabendo a chefia militar a Juarez Távora. Foi nomeado interventor em novembro de 1930, onde permaneceu por trinta dias, quando foi nomeado para o cargo de ministro do Ministério da Viação e Obras Públicas (1930-1935 e 1953-1954). Depois de 1930 e já como Ministro da Viação e Obras Públicas, as articulações políticas empreendidas por José Américo reuniram em torno de sua liderança os que se colocaram como apoiadores do presidente assassinado em 1930 João Pessoa, esse grupo ficou conhecido como americanismo. Ver: SILVA, Bárbara Bezerra Siqueira. O poder político de José Américo de Almeida: a construção do americanismo (1928-1935). Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: UFPB/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2015.

9 O coronelismo é caracterizado por uma estrutura de poder em que indivíduos conhecidos como coronéis defendem seus interesses privados exercendo influência na esfera pública. Esse sistema político, econômico e social teve origem nos municípios e se expandiu por todo o país durante a Primeira República (1889-1930). Ver: LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. Editora Companhia das Letras, 2012. Entretanto, a relação estabelecida entre os mandonismos locais e o poder central depois de 1930 estabelece compromissos de ordem estrutural e política, cuja relação de poder se estabelece com as determinações e decisões do Estado e não apenas do poder local como base de sustentação.

contexto pré-revolucionário. Isto posto, ainda que o mandonismo e o clientelismo pudessem ser percebidos, a base do ordenamento político não se manteve alicerçada apenas no poder local, mas sim em nova composição, o que revela a capacidade de reconversão das elites locais.

Essas disputas foram concretizadas pela tentativa de consolidar a influência de grupos distintos sob o governo intervencionista estadual. Dois partidos passaram a disputar a chefia estadual: o Partido Progressista (PP) chefiado por José Américo – que acomodava parte dos entusiastas do movimento de 1930 na Paraíba e declarava apoio a Getúlio Vargas – e o Partido Republicano Libertador (PRL), chefiado por Joaquim Pessoa – irmão do ex-presidente João Pessoa¹⁰ – cuja base acomodou os epítacistas “dissidentes”, que foram aliados do poder no pós-1930 e não apoiavam a projeção política de José Américo como chefe local em substituição a Eptácio Pessoa.

O resultado foi uma batalha propagandista que opunha “antigos” e “novos” atores da cena política paraibana, ainda que consideremos que ambas as forças ainda estavam apoiadas no “clássico sistema de política familiar”¹¹. O conflito era intenso e estava pautado na tentativa de apossar-se do título de sucessor de João Pessoa, principalmente porque o próprio PP de José Américo se autodenominava o “legítimo continuador da política iniciada por João Pessoa”.¹²

Em 1934, foi realizada eleição, por sufrágio universal, para a Assembleia Constituinte do estado da Paraíba. Embora o voto secreto tivesse pouco valor prático, dada a grande influência das elites agrárias, o pleito imprimiu

10 João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque era sobrinho de Eptácio Pessoa. Foi auditor-geral da Marinha, ministro da Junta de Justiça Militar, ministro do Superior Tribunal Militar e presidente da Paraíba (1928-1930) indicado pelo tio. Foi candidato em 1930 a vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas, mas perderam para a chapa governista, encabeçada por Júlio Prestes. Assassinado em 26 de julho de 1930, na Confeitaria Glória na Rua Nova em Recife, por João Dantas, enquanto ainda era governador, sua morte causou grande comoção pública e foi utilizada politicamente para deflagrar o movimento de 1930, que depôs o presidente Washington Luís e levou ao poder Getúlio Vargas. A comoção em torno da morte de João Pessoa, ensejou a mudança do nome da capital paraibana, foi estabelecido feriado o 26 de julho, data da sua morte e por todo estado foram organizados rituais que levaram o “mártir” de 1930 ao patamar de herói. Essa heroicização deu o tom a muitos discursos políticos em favor de uma moralidade política e administrativa para o estado, como forma de legitimação política de interventores, deputados, prefeitos e lideranças partidárias.

11 Ver: GURJÃO, Eliete de Queiroz. *Morte e Vida das Oligarquias-paraibanas: Paraíba (1889- 1945)*. João Pessoa: Ed. Universitária. UFPB, 1994, p. 176.

12 Ver: SOUSA NETO, Bento Correia de. O governo interventorial de Gratuliano Brito e a recomposição oligarquica na paraíba (1932-1934). In: SANTOS NETO, Martinho G. dos; SILVA, Waniéry Loyvia de Almeida. *Regime de Interventorias: política e sociedade na Paraíba da Era Vargas (1930-1945)*. João Pessoa: Editora UFPB, 2020, p. 92.

uma sensação de participação democrática na relação entre o Estado e a sociedade. O quadro dos eleitos era composto por 31 deputados e mais quatro deputados classistas.

Dos trinta e cinco candidatos eleitos, apenas três eram do Partido Republicano Liberal (PRL), enquanto o restante era filiado ao Partido Progressista (PP), ligado à base americanista. O PP ainda emplacou José Américo de Almeida (seu chefe) e Manuel Veloso Borges como senadores e Gratuliano de Brito¹³ foi eleito deputado federal. Com esse resultado, o PP se tornou a principal agremiação política do estado uma vez que congregou os dois elementos da batalha propagandista – o apoio a Getúlio Vargas e sua consolidação como continuador das ações políticas de João Pessoa –, e também, de forma não menos influente, a intensa atuação de José Américo como Ministro da Viação e Obras Públicas do governo provisório de Getúlio Vargas, que lhe rendeu epítetos como “Salvador do Norte” e “Ministro do Norte”.¹⁴ O PP contou ainda com filiados em toda a estrutura política do Estado Brasileiro, pois:

*Com a instauração da Assembleia Constituinte Estadual e a eleição de Argemiro de Figueiredo como governador do Estado, a hegemonia política da Paraíba passou pelo desenho político proposto pelo Partido Progressista – PP, que possuía o maior número de representantes na Assembleia e seus respectivos chefes (Argemiro de Figueiredo e José Américo de Almeida) em cargos a nível estadual e federal: os de Governador e Senador, respectivamente.*¹⁵

O que se observa na Paraíba, nesse contexto, é a tentativa cada vez mais acirrada de estabelecer novos redutos de poder. Considerando-se que depois de

13 Gratuliano da Costa Brito, advogado, advindo de família tradicional paraibana muito prestigiada na região de Areia-PB, possuindo antecedentes familiares na rede de poder político e econômico da Paraíba. Gratuliano foi interventor da Paraíba durante 1932 a 1934, mas já tinha exercido cargos públicos anteriormente. Durante sua interventoria, teve uma abordagem conciliadora, visando estabelecer a paz e promover o diálogo com os grupos oposicionistas que detinham poder. Gratuliano de Brito era primo de José Américo. Ver: SOUSA NETO, Bento Correio de. Governo interventorial e relações de poder na Paraíba pós-1930: A administração de Gratuliano Brito (1932 – 1934). 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

14 Ver: SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. Os domínios do Estado: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932). Campina Grande: EDUEPB, 2018, p. 232.

15 Ver: SANTOS NETO, Martinho Guedes dos & SANTOS, Mariana Karen Alves dos. Análise e formação da elite política paraibana a partir dos políticos paraibanos eleitos na Paraíba em 1933/1934 e 1945. IN: BRAGA, Valdir de Andrade Braga; VANDERLEI, Maria Fátima & BARBOSA, Rogério Oliveira Barbosa (orgs.). Série iniciados: trabalhos premiados no XXVIII Encontro de Iniciação Científica da UFPB. Vol. 26 (2019-2020). João Pessoa: PROPEAQ/UFPB : Editora UFPB, 2021, p. 460.

1930 não havia mais lugar para uma dominação em base exclusivamente oligarquizada, havia outro elemento a ser considerado: O Estado. Esse emergiu de forma centralista e forte o suficiente para forçar outro tipo de estrutura de dominação a partir da centralização da estrutura estatal.

O sistema de interventoria se, por um lado, respondeu pelo projeto centralista de Getúlio Vargas, por outro fomentou novas estratégias de dominação política. Como parte dessas novas estratégias, a organização partidária foi a porta de entrada, a ser legitimada pelo governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934), para que a representatividade política se efetivasse de forma mais ampla. O voto universal e secreto, a institucionalização da Justiça Eleitoral (1932) e a Constituinte de 1934 conferiram uma perspectiva cada vez mais necessária aos políticos: a sua identificação com um partido. A maior demonstração de força de um líder político se dava pela capacidade de organizar as forças políticas locais por meio de uma representação partidária, cujos membros estivessem inseridos na estrutura estatal, nos cargos eletivos ou circulando nos arredores do poder instituído.

Nesse conjunto, a influência de José Américo, a partir do Ministério da Viação e Obras Públicas e congregando as forças políticas estaduais em torno do PP, foi um elemento forte o suficiente para elevá-lo ao *status* de líder político paraibano. Devemos, entretanto, considerar que a ordem formal da organização estatal e intervencionista requereu muito mais do que a liderança: a representação política deveria promover os interesses dos grupos pela via estatal. Fazia-se necessário agregar lideranças e era a figura do interventor que exerceria esse papel – congregar, pacificar e rearticular em nome do Estado.

Assim, o papel de lideranças políticas como Argemiro de Figueiredo, – interventor paraibano entre 1935-1940, advindo de uma família tradicional e produtora de algodão, – foi o de servir como ponto de apoio político para a (re)organização dos interesses dos grupos oligárquicos alijados do poder depois de 1930.¹⁶

16 Sobre a liderança de Argemiro de Figueiredo ver: SILVA, Waniéry Loyvia de Almeida. Autoritarismo, repressão e propaganda: A Paraíba no governo de Argemiro de Figueiredo (1937-1940). Dissertação (mestrado em História). João Pessoa: UFPB/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2017. Ver também: CARVALHO, Martha Maria Falcão. Poder e Intervenção Estatal: Paraíba - 1930 - 1940. Editora Universitária da UFPB, 2000.

Por seu turno, outra liderança política, Rui Carneiro¹⁷, nomeado interventor em agosto de 1940, desfez o controle político e administrativo do seu antecessor e impôs sua própria máquina política. Uma de suas primeiras medidas foi mudar todos os prefeitos dos municípios paraibanos, nomeando elementos de sua confiança. Suprimiu cargos e serviços, sob a alegação de cortes de despesas supérfluas, e reestruturou o cenário político paraibano de tal forma que se tornou frequente a máxima de que o governo não tinha adversários, pois toda a Paraíba apoiava a Interventoria, como escreveu F. Moscoso em 1940: “Não há lugar para perseguições: há, sim, um campo vasto para o trabalho dirigido em favor da economia do Estado e no interesse do próprio trabalhador. Aqui há lugar para todos, menos para os parasitas”.¹⁸

Essas articulações da parte dos interventores e de José Américo de Almeida, então ministro da Viação e Obras Públicas (1930-1935), nos permitem perceber que durante o governo Provisório (1930-1934), durante o período pós-Constituinte de 1934, durante o Estado Novo (1937-1945) e no período da redemocratização de 1945 a 1950, houve um controle centralizado dos espaços de poder pelo governo federal. No entanto, as relações personalistas e clientelistas nas esferas regionais e locais não foram eliminadas pelo regime Vargas.

As lideranças paraibanas preservaram as alianças com os grupos do setor algodoeiro e do setor açucareiro, com raízes nos grupos oligárquicos, ainda que com menos intensidade, se comparadas com a Primeira República (1889-1930). Para esses grupos foram fomentados “acessos” à estrutura de poder estatizada, de modo que, aos poucos, essas lideranças se firmaram como a elite político-partidária da Paraíba, por dentro da estrutura do Estado centralizado. Isso nos leva a perceber que a circularidade do poder político na Paraíba, se não continuou exatamente com os mesmos alinhamentos oligárquicos da Primeira República, construiu estratégias de permanência e acumulou um

17 Rui Carneiro nasceu em Pombal (PB) no dia 20 de agosto de 1906, filho de João Vieira Carneiro, advogado e pequeno proprietário de terras, foi repórter do *Correio da Manhã*, jornal paraibano, de onde fez a campanha da Aliança Liberal, defendendo as candidaturas de Getúlio Vargas e de João Pessoa na Paraíba. Foi nomeado oficial de gabinete de José Américo de Almeida que, por sua vez, foi designado ministro da Viação e Obras Públicas. Nas eleições 1934 para a Câmara dos Deputados, elegeu-se primeiro suplente pela Paraíba na legenda do Partido Progressista. Em 16 de agosto de 1940, por sua estreita ligação com Getúlio Vargas, foi nomeado interventor na Paraíba. Seu antecessor, Argemiro de Figueiredo, fora demitido do cargo em decorrência da forte oposição desencadeada por Eptácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (Eptacinho), filho de João Pessoa e figura de grande prestígio junto ao poder central.

18 Ver: *Jornal a União*, mar. De 1940, p. 3.

capital político calçado no acesso à estrutura estatal centralizada do estado paraibano.

Isso nos leva a perceber ainda que, no contexto de emergência do Estado Novo varguista (1937-1945), a representatividade política e de poder na Paraíba, mesmo que estivesse sob o julgo da ditadura, promoveu a consolidação de uma reorganização dos grupos de poder por dentro da estrutura do Estado. Isso significou a concentração das relações de poder em figuras-chaves da política paraibana – basicamente os interventores nomeados por Getúlio Vargas neste período. Começemos por Argemiro de Figueiredo (1935 a 1940), que para Eliete Gurjão: “(...) [destacou-se como] competente organizador das oligarquias paraibanas. Defendeu os interesses da facção dominante – dos coronéis do algodão e pecuária – a quem estava umbilicalmente ligado”¹⁹. Há uma carta de José Américo a Argemiro de Figueiredo que deixa evidente o amalgamento da elite política paraibana com a estrutura do Estado ditatorial:

Seu poder de agremiação, movido de um espírito conciliador, por excelência, assegura por outro lado, a harmonia das forças políticas. [...]

Quase todas as famílias de prestígio tradicional no Estado asseguram o concurso à política dominante. Rolim, Matos, Carneiro, Mariz, Pinto, Gomes de Sá, Pires, Queiroga, Maia, Leite, Paula, Peregrino, Brito, Leal, Rocha, Targino, Velloso, Nóbrega, Medeiros, Bezerra, Espínola, Miranda, Maroja, Diniz, Florentino, Coutinho, etc. Sem contar com os blocos irresistíveis [das cidades] de Mamanguape, Monteiro, do Valle do Parahyba, de Campina Grande e de outros pontos da mesma irradiação política.²⁰

O trecho acima corrobora a afirmação de que as estratégias de permanência e de consolidação do capital político-familiar no contexto ditatorial prescindiram da articulação intervencionista, tendo sido asseguradas pelo interventor Ruy Carneiro (1940-1945) e mais ainda por José Américo de Almeida. Vejamos alguns exemplos no quadro abaixo:

19 Ver: GURJÃO, 1994. Op. Cit., p. 183-184. Adendo nosso.

20 Ver: ALMEIDA, José Américo de [carta] 25 de jan. de 1935, [para] Argemiro de Figueiredo, FCJA, p. 3-4).

Quadro 1: Amostragem de Prefeitos da Paraíba no Estado Novo 1937-1945		
Município	Prefeito	Outros cargos
João Pessoa	Fernando Carneiro da Cunha Nóbrega – (1937-1938) (Nomeado prefeito por Argemiro de Figueiredo)	Advogado Ministro do Trabalho, indústria e trabalho (1958-1960); Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (1960-1968).
Cruz do Espírito Santo	Renato Ribeiro Coutinho – (1937-1938) (Nomeado prefeito por Argemiro de Figueiredo)	Usineiro Deputado estadual (1947-1951); Deputado federal (1967-1971); Presidente da Associação Comercial da Paraíba (1956-1960)
Patos	Clóvis Sátiro – (1937-1938) (Nomeado prefeito por Argemiro de Figueiredo)	Advogado e proprietário de terras Filho do coronel Miguel Sátiro, chefe político de Patos e irmão de Ernani Sátiro que exerceu vários mandatos público.
Campina Grande	Vergniaud Wanderley (1935-1945) (Nomeado por prefeito Argemiro de Figueiredo de 1935 a 1940 e por Ruy Carneiro de 1940 a 1945.)	Advogado Secretário de Produção, Comércio, Viação e Obras Públicas e Agricultura da Paraíba (1935); Senador (1945-1951); Ministro do Tribunal de Contas da União (1952-1975).
Mamanguape	José Fernandes de Lima – (1940-1945) (Nomeado por Ruy Carneiro)	Militar e usineiro Presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba (1959-1960 / 1987-1988); Deputado Estadual da Paraíba (1951-1991, 10 mandatos); Prefeito de Mamanguape (1946-1947); Governador da Paraíba (1960-1961).

Guarabira	Osmar de Aquino – (agosto a dezembro de 1940) (Nomeado por Ruy Carneiro)	Advogado Filho do coronel Osório de Aquino Torres, chefe político de Guarabira; Prefeito de Guarabira (1955-1959); Deputado(a) Federal Constituinte (1946); Deputado Federal (1967-1971).
Alagoa Grande	Teléforo Onofre Marinho (1940-1945) (Nomeado por Ruy Carneiro)	Agropecuária Suplente de deputado (1947-1951); Deputado estadual (1950-1951); Prefeito de Alagoa Grande (1952-1955 / 1960-1963)
Fonte: Elaborado pelos autores a partir do acervo do jornal A União de 1930 a 1945. Biblioteca Maurílio de Almeida, João Pessoa- PB.		

A nomeação de Vergniaud Wanderley como prefeito de Campina Grande ilustra bem como a trajetória política estava vinculada ao personalismo político dos líderes; Vergniaud Wanderley fez parte da base política de José Américo desde a fundação do Partido Progressista (PP), era amigo e correligionário da base americista e sua nomeação deveu-se mais às suas antigas vinculações partidárias a José Américo do que propriamente a Argemiro de Figueiredo, que também o havia nomeado prefeito de Campina Grande entre 1935 e 1940. Em Alagoa Grande a base política esteve sob a direção do coronel “Telécio”, como era conhecido Teófilo Onofre. O então prefeito nomeado era líder do Partido Social Democrático (PSD) e proprietário de terra no município; Telécio emplacou seu filho Raimundo Onofre como procurador da Caixa Econômica Federal e como suplente de deputado estadual na legislatura de 1951 a 1955.

O quadro acima nos traz apenas uma amostragem das relações político-familiares dos grupos locais e suas posições políticas durante o Estado Novo varguista, com o objetivo de garantir a continuidade política e a manutenção do poder local. As informações são bem mais plurais e se estendem a praticamente todos os municípios da Paraíba; selecionamos, contudo, apenas algumas trajetórias.

O poder político-partidário pós Estado Novo na Paraíba de 1947-1950

No contexto de aderência ao pluripartidarismo e da regulamentação dos partidos políticos em nível nacional, por meio da “Lei Agamenon” (Decreto-lei n.7.586 de 28/05/1945), a Paraíba experimentou um período de entusiasmo. Essa lei exigia o registro dos partidos políticos ligados às organizações de caráter nacional, o que levou a reorganização dos grupos de poder locais para se adequarem às novas demandas, sem abrir mão do controle da cena política estadual.

Essa reorganização partidária na Paraíba do pós-1945 levou os grupos políticos locais a se acomodarem e se adaptarem à nova realidade política e social. A adaptação, ainda que estivesse atrelada às disputas no interior dos partidos nacionalizados, engendrou uma acomodação onde “os métodos tradicionais de controle do eleitorado baseados na violência e opressão passaram a ser substituídos pela cooptação do eleitor para a conquista do voto”²¹. Essa relação partidária nacional-local, em tese, caminhou para um avanço do *fazer política*. O que se percebe, entretanto, é a conjugação de velhas e novas práticas, cujo objetivo principal era a permanência no poder e a costura das lideranças dos grupos de poder local por meio dos partidos.

Ao analisarmos esse contexto na Paraíba, verificamos que, no pleito eleitoral de 1947, os partidos que disputaram o voto da população e tiveram deputados estaduais eleitos foram: União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o (PCB) Partido Comunista Brasileiro – todos organizados nacionalmente e com seus núcleos no estado, mas com algumas particularidades.

Enquanto a UDN nacional defendia os interesses do latifúndio e dos industriais ligados ao capital estrangeiro, – e mascarava-o com uma predicação voltada para as classes médias, recheadas de denúncias de corrupção no governo e alertando para os perigos da “proletarização” desses setores médios da sociedade²² – a UDN paraibana se constituía, majoritariamente, como reducto do agrarismo paraibano, ora ligado a José Américo de Almeida – fieis

21 Ver: CITTADINO, Monique. Populismo e golpe de Estado na Paraíba (1945/1964). João Pessoa: Universitária/UFPB/Ideias, 1998, p. 17.

22 Ver: BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. UND e o Udenismo. Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965). São Paulo: Paz e Terra, 1981, p. 217.

partidários devido ao combate à seca, enquanto Almeida foi Ministro da Viação, e “sua posição enquanto intelectual consagrado, que tendia a atrair elementos da classe média urbana, [...] –, ora com as ligações políticas remanescentes da máquina estatal montada por Argemiro de Figueiredo quando este ocupou o cargo de interventor (1937-1940)”.²³

Por sua vez, o PSD nacional assumiu a postura do “centro político”; basicamente fundado pelos interventores varguistas, recorreu à herança política de Getúlio Vargas e atuou como fiador da democracia-liberal brasileira, ao passo em que construiu um discurso moderado²⁴. Localmente, o PSD foi gestado em 1945 pelo então interventor Ruy Carneiro e arregimentou, em linha direta com o Estado Novo varguista, “a participação de todos aqueles que se beneficiaram do desenvolvimento e da complexidade do aparelho de Estado [...], o PSD paraibano congregou em seus quadros um significativo número de funcionários públicos”.²⁵

Seguindo a estruturação do arcabouço partidário no pós-1945, o PTB nacional foi marcado pelo personalismo e pela disputa pelo legado trabalhista de Getúlio Vargas: colocou como pauta dos seus discursos a defesa do nacionalismo, a democracia, a cidadania social dos trabalhadores e a distribuição da renda; organizou-se de forma muito centralizada e clientelista²⁶. Da mesma forma, o PTB paraibano também foi centralizado, mas de pouca expressão política, pelo menos até 1951; ora delegava apoio a UDN, ora ao PSD²⁷. Para Jean Blondel (1994, p. 148) “os sufrágios do PTB [...] são votos rurais resultantes de uma cisão, em geral, desmembramento da UDN”.

Na onda liberalizante, o PCB, ao conseguir seu registro em 10 de novembro de 1945, atraiu para as suas fileiras “um grande número de escritores, jornalistas e professores universitários. Entretanto, nenhum deles atingiu postos de direção, sendo-lhes atribuídas apenas tarefas secundárias dentro do partido. [...] As palavras de ordem nesta fase eram de união nacional, a paz e a tranquilidade para acabar com os resquícios do fascismo e tirar o povo da

23 CITTADINO, 1998. Op. Cit., p. 29-30.

24 HIPOLITO, Lúcia. De Raposas e Reformista – O PSD e a Experiência Democrática Brasileira (1945-64). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 37.

25 CITTADINO, 1998. Op. Cit., p. 31.

26 D'ARAÚJO, Maria Celina. Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 10 e 170.

27 CITTADINO, 1998. Op. Cit., p. 37.

miséria. A união do proletariado com a burguesia progressista era fundamental para a realização desses objetivos”²⁸ e essa mesma linha discursiva foi reproduzida na Paraíba, incrementada com o combate ao poder das elites agrárias e latifundiárias.

A organização partidária pós-1945 na Paraíba serviu unicamente para formalizar a polarização entre os políticos locais e, de certa forma, fechar ainda mais os “acessos” ao núcleo duro da política paraibana – a exceção talvez tenha sido o PCB –; de forma que no “Clube político” local só tinha ingresso uma elite política muito bem definida, com um perfil muito restrito e quase homogêneo. De certo não se impediu a filiação de quem quer que fosse, mas a seleção estava na observância das capacidades individuais dos postulantes, no capital político e econômico daqueles que aspiravam concorrer, com chances de vitória, a algum cargo eletivo.

No pleito eleitoral estadual de 1947, os candidatos Alcides Vieira Carneiro (PSD) e Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo (UDN), ambos com uma longa tradição política, competiam pelo cargo de governador, sendo eleito o candidato udenista. Para o Senado não houve disputa, pois UDN e PSD acordaram a indicação de José Américo de Almeida. Na eleição para deputados estaduais, a UDN conquistou 21 assentos na Assembleia Legislativa Paraibana, o PSD obteve 15, incluindo seu líder Rui Carneiro. O PTB elegeu Antônio Pereira de Almeida, e o PCB, João Santa Cruz de Oliveira.

Fica evidente que, entre os eleitos pela UDN e pelo PSD, predominou a continuidade das famílias de tradição oligárquica; tanto no legislativo quanto no executivo paraibano, era comum que as mesmas pessoas ocupassem diversos cargos públicos em momentos quase simultâneos – como se sempre estivessem nos mais diversos espaços de poder (secretarias, prefeituras, como vereadores, procuradores, deputados federais, deputados estaduais e senadores) –, o que demonstra as complexas relações políticas, econômicas e sociais que cercavam o aparato de poder do estado.

O destaque fica por conta da UDN paraibana. Desde as eleições presidenciais de 1945, quando o Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) saiu vitorioso no estado, com mais de 50% dos votos em relação ao candidato Eurico Gaspar Dutra (PSD), com pouco mais de 40%; quanto aos Deputados Federais, dos doze eleitos naquele ano, nove eram da UDN. Percebe-se que as bases da

²⁸ Ver: ABREU, Alzira Alves de. [coord. et al.]. Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930/. 2 ed. Vol 1 e vol. IV. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, p. 4268.

UDN em cada município eram compostas por famílias tradicionais com capital econômico ligado à agroindústria canavieira e pecuária, exercendo o controle local. Nominalmente, o perfil político do grupo udenista na política paraibana possuía ligações diretas com os grandes troncos familiares e de proprietários de terra da Primeira República (1889-1930) na Paraíba, sendo seus descendentes diretos, por exemplo: o usineiro Renato Ribeiro Coutinho, o médico Clóvis Bezerra Cavalcanti, o médico José Fernandes Filho, o médico e usineiro Flávio Ribeiro Coutinho, entre outros.

Os herdeiros das antigas oligarquias adaptaram suas práticas ao novo modelo centralizado, à nova organização política: o partido. Isso só evidencia suas habilidades de acomodação para o controle do estado e de seus recursos.

A política paraibana como um espaço de elite também nos partidos

O projeto nacional-desenvolvimentista da Era Vargas (1930-1945) operou a tentativa de formação de uma elite dirigente capaz de garantir que a burocracia estatal pudesse ser forte o suficiente para a transformação do país, de agrário-exportador para urbano-industrial²⁹. Essa hegemonia política da chamada burguesia industrial não rompeu com a lógica da organização letrada da política: o “doutor” continuou sendo o farol de credibilidade para os cargos administrativos na burocracia estatal, que também não conseguiu romper com o liberalismo elitista.

Na Paraíba a elite dirigente continuou a conduzir a política pelo *status* do diploma, este como instrumento “eficaz de subida nos patamares sociais. [O] ser médico, engenheiro, advogado ou padre são estados profissionais que honram as famílias de elite [...] para se firmar no conceito comunitário”³⁰, ainda mais quando a estrutura agrária iniciou o seu declínio crescente, em função da urbanização das relações sociais, políticas e econômicas, sobretudo, no Nordeste.

29 Sobre esse tema ver: MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

30 Ver: LIMEIRA, Maria das Dores & FORMIGA, Zeluza da Silva. *UFPB: implicações políticas e sociais de sua história*. Nº 11. João Pessoa: UFPB/NIDHIR, 1986 (Mimeo), p. 8. Adendo nosso.

As prerrogativas de constituição da elite político-partidária paraibana estiveram assentadas nas bases de uma cultura bacharelesca e agrária, de formação superior e apadrinhada de outros nomes com ascensão política. Com o advento do processo legislativo inaugurado após o fim do Estado Novo (1937-1945), o desenho do quadro político paraibano refletiu amplamente a consolidação da cultura letrada e agrária da Paraíba.³¹

Muito além dessa conformação letrada, a tradição das elites políticas paraibana tem sido ligada a terra e à propriedade rural, como esteio da formação da classe política estadual. Mesmo que tenha se estabelecido uma cultura urbana na sociedade em geral, as relações de poder ainda estiveram presas às tradições do mundo rural e do patrimonialismo estatal³². Da mesma forma que nos espaços de formação política ainda persistiram as configurações de uma constituição de “clubes”³³, ainda que seja possível perceber certa pluralidade formativa dos agentes políticos paraibanos a partir de 1945. Nas discussões deste texto serão considerados os deputados estaduais e os deputados federais eleitos.

Isto posto, na eleição de 1933/1934, tivemos 35 deputados estaduais e 18 deputados federais eleitos – entre constituintes e eleitos para a legislatura que iniciou em 1934; na eleição de 1945 foram eleitos 12 deputados federais pela Paraíba. Com o fim do Estado Novo varguista, na eleição de 1947, foram eleitos 38 deputados estaduais – entre deputados da constituinte estadual e os eleitos na eleição suplementar para a legislatura de 1947 a 1951 –; já na eleição de 1950, a Paraíba elegeu 40 deputados estaduais e 10 deputados federais. Esse quantitativo perfaz um universo de 112 deputados estaduais e 40 deputados federais eleitos entre 1933 e 1950.

Logo, ao analisarmos os dados das eleições de 1933/1934 para o legislativo estadual e federal, 45,2% dos eleitos, são formados em Direito, enquanto 22,6% são formados em Medicina e 32,3% sem formação/outras áreas de conhecimento; na eleição de 1945, 90% dos eleitos possuem formação superior em Direito e 10% em Medicina.

Na eleição de 1947, 50% possuem formação em Direito, 26,3% em Medicina e 23,7% sem formação/outras áreas; na eleição de 1950, 37% são formados em

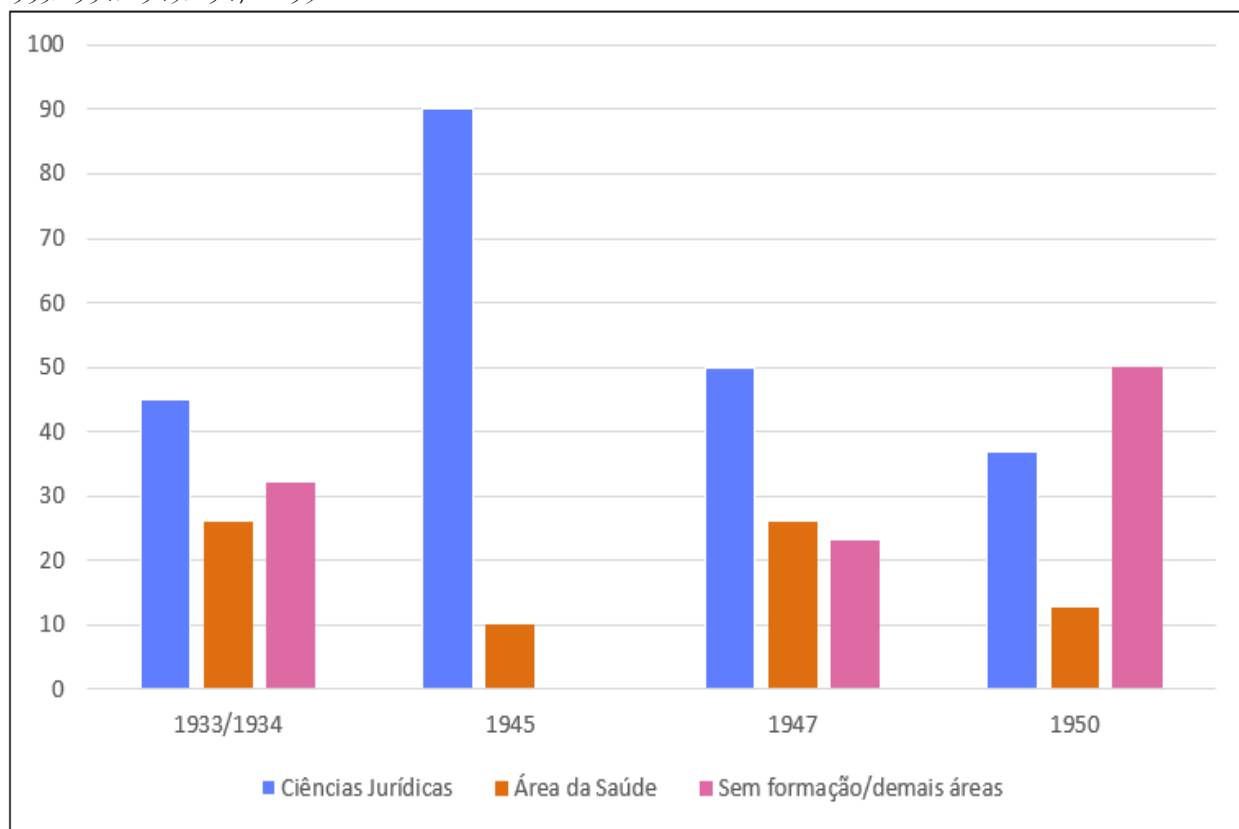
31 Ver: CITTADINO, 1998. Op. Cit.

32 Sobre o patrimonialismo estatal ver: FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001.

33 Sobre a ideia de clube político ver: CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

direito, 13% são profissionais da área da saúde (médicos e farmacêuticos), 15% não conseguimos identificar se possuem formação superior e 35% representam outras profissões (dentre as profissões que se destacam, temos jornalistas, professores e militares), o que perfaz um total de 50% sem formação/demais áreas, como podemos ver no gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1 – Formação superior dos deputados estaduais e federais eleitos em 1933/1934, 1945, 1947 e 1950



Fonte: Dados atualizados pelos autores em 2023, baseado em SANTOS, Mariana Karen Alves dos; SANTOS NETO. **Relatório Final.** Programa de Iniciação Científica (PIBIC/UFPB). João Pessoa: UFPB, 2019, p. 14. E **Relatório Final.** Programa de Iniciação Científica (PIBIC/UFPB). João Pessoa: UFPB, 2020, p. 15.

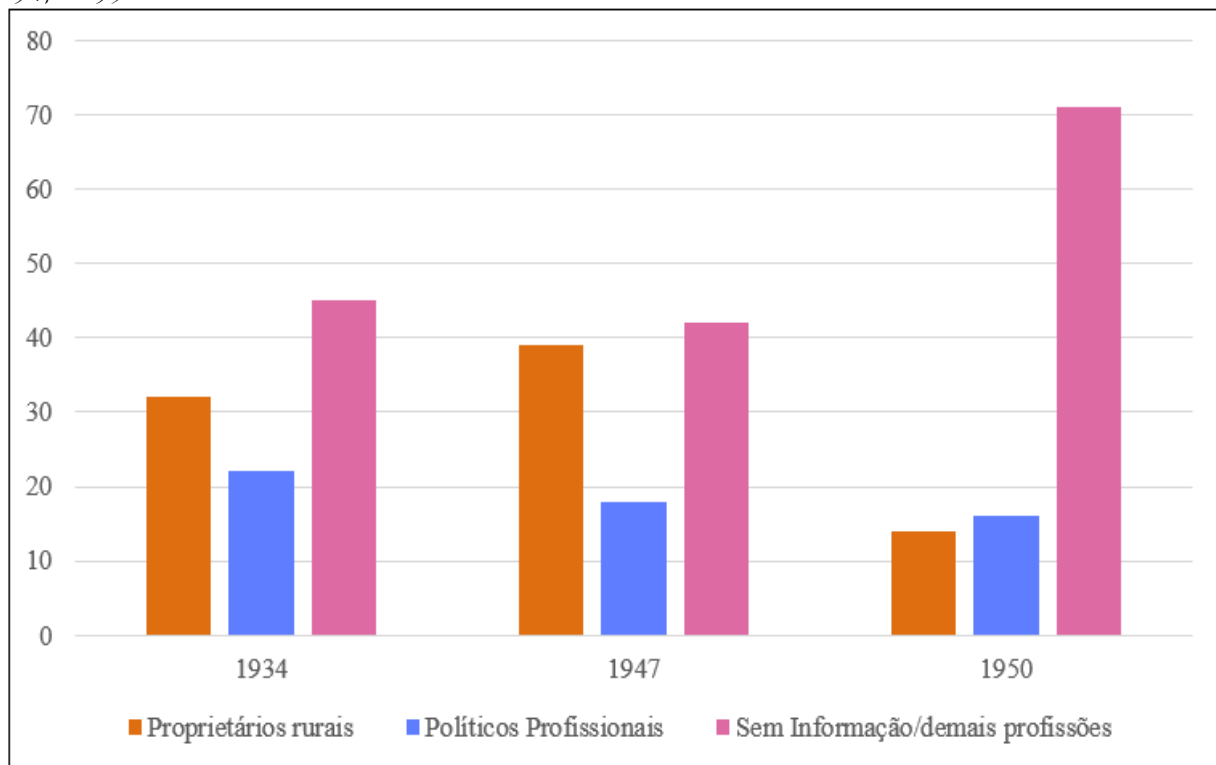
Quando esquadrimos os dados do gráfico 1, observamos a constituição de um grupo de letrados, o que também significou a formação gradativa dos chamados “homens do poder”. Inseridos na estrutura estatal, os bacharéis foram responsáveis pelos desdobramentos da política estadual e pela formação dos grupos oligárquicos, ao passo em que suas formações partidárias circularam em torno de homens cuja base familiar estava assentada na terra e em redutos de poder localizados e dominados por grupos de parentelas.

O gráfico acima nos remete a uma configuração elitista e letrada dos parlamentares eleitos: predominantemente, médicos e advogados constituem a formação do quadro político paraibano, ao passo que as atividades desenvolvidas por esses deputados estiveram concentradas nas profissões liberais e no espaço agrário. Essas conformações reforçam a ideia de uma elite política cuja base de legitimação esteve assentada na cultura letrada e na formação do “doutor”, mas quase que totalmente ligada à propriedade da terra.

Outro aspecto que se destaca é a atividade econômica dos eleitos: dos políticos estaduais eleitos em 1933/1934, 32,3% eram produtores rurais, enquanto 22,6% foram os considerados “políticos profissionais”³⁴ e 45,1% sem informação/demais profissões. Em 1947, 39,5% dos deputados paraibanos eram proprietários rurais, 18,4% se encaixavam como “políticos profissionais” e 42,1% representavam as demais atividades da época. No pleito de 1950, 14% dos eleitos eram proprietários rurais, 16% “políticos profissionais” e 71% sem informação/demais profissões (os profissionais liberais compuseram parte significativa desse percentual), como pode ser visto no gráfico 2:

34 De acordo com Renato Perissinotto e Adriano N. Codato, no livro *Como Estudar Elites* (2015), políticos profissionais são aqueles indivíduos que quando eleitos em cargos políticos, passam a exercer como atividade econômica principal a função de “político” se tornando intimamente ligado à sua carreira política.

Gráfico 2 – Atividade econômica dos candidatos estaduais eleitos em 1934, 1947 e 1950



Fonte: Dados atualizados pelos autores em 2023, baseado em SANTOS, Mariana Karen Alves dos; SANTOS NETO. **Relatório Final**. Programa de Iniciação Científica (PIBIC/UFPB). João Pessoa: UFPB, 2019, p. 15. E **Relatório Final**. Programa de Iniciação Científica (PIBIC/UFPB). João Pessoa: UFPB, 2020, p. 16.

Na relação entre os gráficos 1 e 2, os bachareis em direito ou em medicina serviam para reforçar o lugar social dos herdeiros políticos. O que se percebe é que, ainda que a ligação com a terra fosse forte – o que garantiria em alguma medida a manutenção do clientelismo e do mandonismo local –, a instrução se fazia essencial para política, pois trazia em seu bojo o capital cultural e social cuja captação se configurava em benefício próprio. A instrução e o diploma eram traduzidos como um recurso de poder em seu aspecto utilitário, relacionado à posse de determinadas informações, que distinguia seu

portador, lastreado pelos recursos econômicos, do restante da população local³⁵.

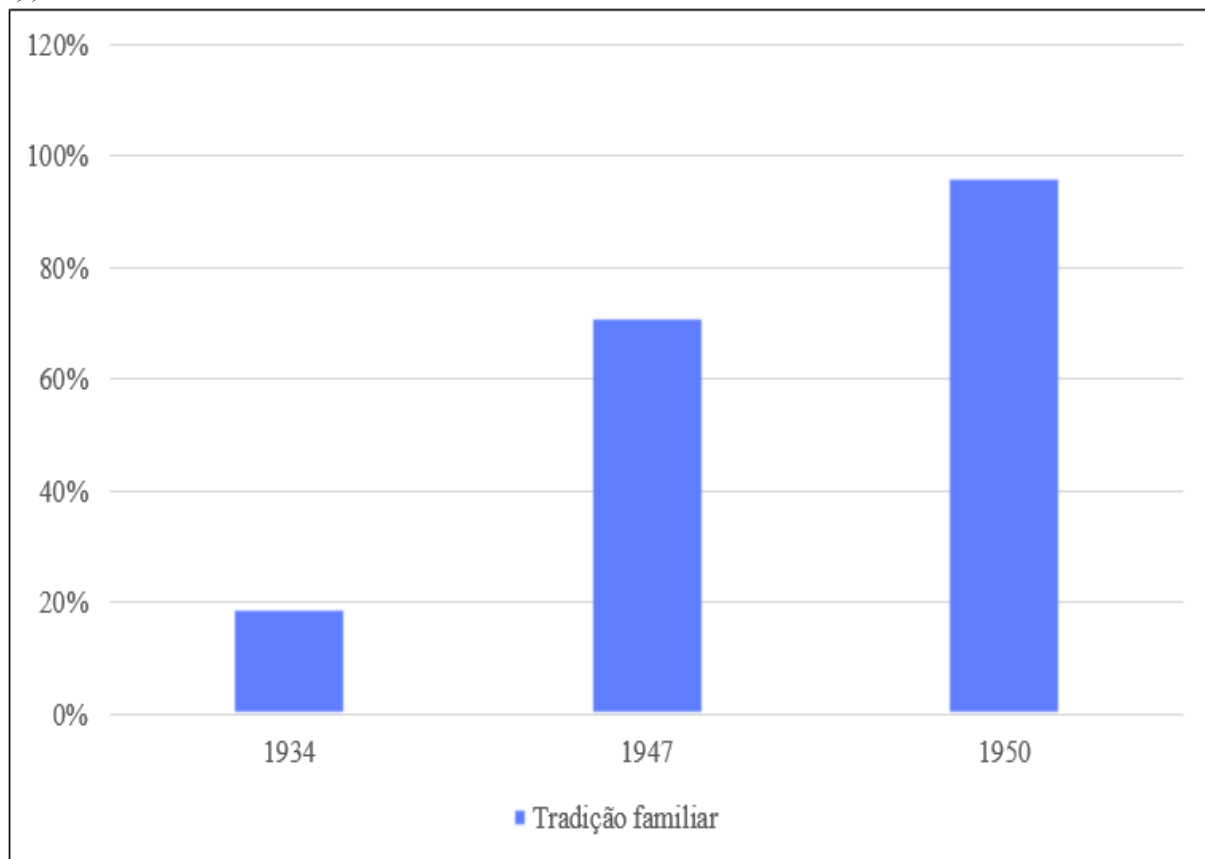
O mandonismo local, por seu turno, continuou a ser exercido pelas famílias que possuíam capital econômico tradicional através da agroindústria canavieira e da pecuária, apesar das profissões liberais exercerem um percentual significativo nessa dinâmica política depois de 1945. Esses gráficos evidenciam o caráter seletivo da representatividade política na Paraíba, a força e o *status* social pelo capital econômico, e assevera o quanto as relações políticas engendraram espaços cada vez mais seletivos e com alta capacidade de influência sobre o jogo político local.

Associadas à tradição agrária da Paraíba, as relações entre o estado paraibano e os políticos proprietários de terra foram quase umbilicais. Essas relações foram responsáveis por revestir boa parte dos políticos paraibanos de uma capacidade política que, em larga medida, se processou a partir do capital econômico, o que significava participar da política para que o Estado pudesse garantir seus interesses, suas demandas e suas expropriações. A elite política e econômica paraibana se utilizou dos partidos como um espaço formal de agregação, sem um projeto claro ou objetivo, mas com uma estratégia bem definida: manobrar as ações da estrutura estatal para responder aos seus interesses.

Ainda se considerarmos o pluripartidarismo do pós-1945, o que observamos, a partir do crescente número de profissionais liberais como deputados, é uma estratégia de poder cuja lógica está na tentativa de afastar a alcunha oligarquista. Ainda assim, esses profissionais liberais deputados se configuravam como herdeiros de uma tradição familiar ainda muito presente na política paraibana. Se o capital econômico foi a base da elite política paraibana – considerando suas vinculações com a propriedade rural –, a emergência dos profissionais liberais na política estadual não se fez sem considerar também a tradição familiar e de grupo, o que pode ser observado no gráfico 3 abaixo:

35 Sobre esse temaver: BOURDIEU, Pierre. *Capital Cultural, Escuela y Espacio Social*. México: Siglo Veinteuno, 1997.

Gráfico 3 – Deputados estaduais eleitos que possuem tradição familiar (1933-1950)



Fonte: Dados atualizados pelos autores em 2023, baseado em SANTOS, Mariana Karen Alves dos; SANTOS NETO. **Relatório Final**. Programa de Iniciação Científica (PIBIC/UFPB). João Pessoa: UFPB, 2019, p. 18. E **Relatório Final**. Programa de Iniciação Científica (PIBIC/UFPB). João Pessoa: UFPB, 2020, p. 20.

Agregados nos espaços formais de disputas – os partidos, – a elite político-partidária da Paraíba estabeleceu, entre os anos 1930 a 1950, uma conformação bem definida de quem exerceria a representatividade política no estado: os herdeiros de uma longa tradição familiar enraizada na política local. Assim temos, no pleito de 1934, 19,4% de deputados estaduais eleitos com tradição familiar na política local; para ampliar ainda mais a percepção dessa discussão, considerando a eleição de 1945 para deputados federais, o número de eleitos atingiu 65% ligados a tradição familiar; no pleito de 1947 foram eleitos 71% dos deputados estaduais com tradição familiar; por fim, no pleito

de 1950, 96% dos deputados estaduais eleitos estavam ligados às famílias políticas do estado.

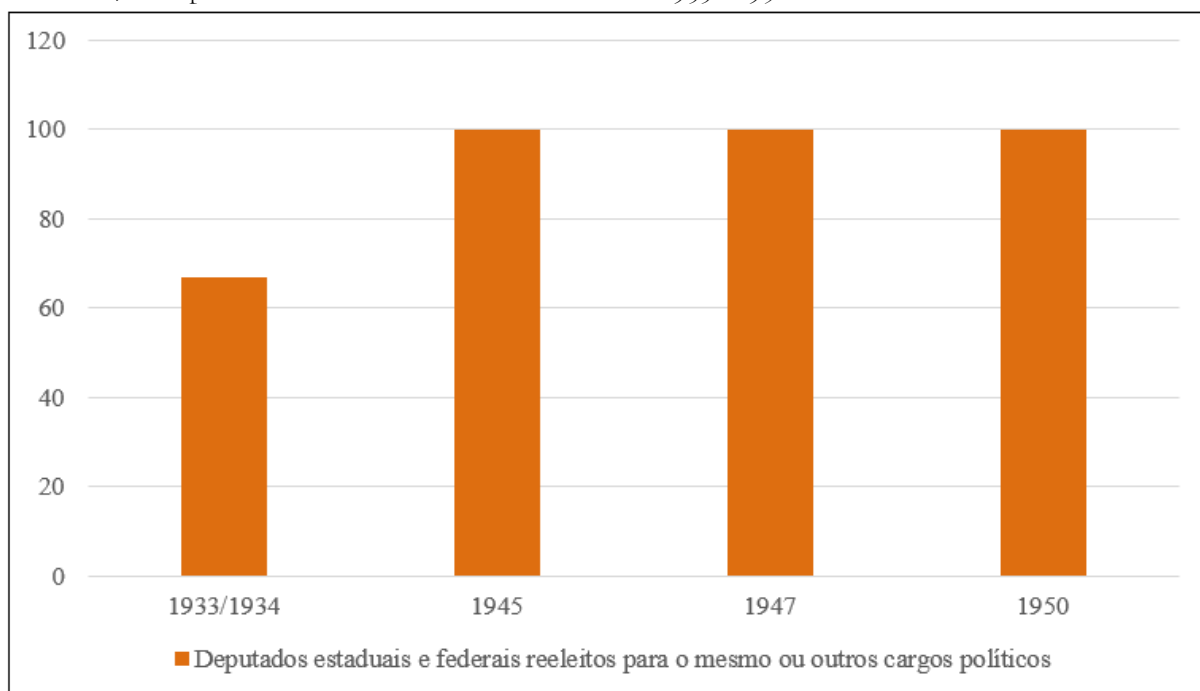
Os dados apresentados nos permitem identificar um bem definido escopo das elites políticas e partidárias e nos revelam os aspectos da estratificação social e da dinâmica política da sociedade paraibana. Uma relação íntima entre as características pessoais da elite política paraibana e as características do sistema político-partidário, cuja variação foi mínima, evidenciam que os recursos individuais dos candidatos eleitos por cada legenda partidária estiveram na base das poucas alterações do perfil social e individual dos deputados eleitos, ou seja, o recrutamento político considerou apenas os mesmos grupos.

Ainda que identifiquemos deputados sem tradição familiar e da classe média – como o caso de João Santa Cruz de Oliveira, eleito deputado estadual no pleito de 1947 pelo PCB –, o *corpus* da representatividade política paraibana esteve assentado em “padrões de recrutamento social mais elitista, cujas bancadas estiveram compostas de proprietários urbanos e rurais e profissionais liberais dotados de recursos materiais e de reputação personalizada, com menor dependência da estrutura organizacional partidária, seguindo carreiras políticas laterais, descontínuas e com menos lealdade à filiação partidária”³⁶.

Logo, o acúmulo de capital econômico e político, sobretudo considerando a longa trajetória de políticos com ligações familiares que em sua maioria foram traduzidas pela consolidação das lideranças individuais – como a liderança exercida por José Américo de Almeida, Argemiro de Figueiredo e Rui Carneiro, por exemplo –, objetivou o controle da máquina partidária e o acesso a cargos na rede de relações políticas, na “força eleitoral” e na consolidação dos capazes de controlar ostensivamente o universo da representação política, expressa nas recorrentes reeleições, conforme o gráfico 4:

³⁶ Ver: MARENCO, André e SERNA, Miguel, “Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento Legislativo em Brasil, Chile e Uruguai”. IN: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 22, n. 64, São Paulo, Jun. 2007, p. 94.

Gráfico 4 – Deputados estaduais e federais reeleitos (1933 - 1950)



Fonte: Elaborado pelos autores em 2023, baseado em Fonte: Dados atualizados pelos autores em 2023, baseado em SANTOS, Mariana Karen Alves dos; SANTOS NETO. **Relatório Final.** Programa de Iniciação Científica (PI-BIC/UFPB). João Pessoa: UFPB, 2019, p. 19.

Os dados do gráfico 4 dão conta que: no pleito de 1933/1934, 67,7% dos deputados estaduais prosseguiram na carreira política com múltiplas reeleições; no tocante ao pleito de 1945, 100% dos deputados federais eleitos continuaram na política, sendo eleitos e reeleitos; o mesmo ocorreu com os pleitos de 1947 e 1950, onde 100% dos deputados eleitos permaneceram na política e foram reeleitos posteriormente, tanto para novos cargos eletivos, quanto para novos mandatos de deputados estaduais e federais nos anos subsequentes.

Se por um lado os partidos acabaram por legitimar as candidaturas, por outro esses partidos também foram responsáveis pela formação quase incontestada dos grupos que compunham a elite política paraibana entre os anos de 1930 a 1950. A quase totalidade das reeleições no período estudado nos revelam o quão seletivos foram os acessos e, na mesma medida, o quão restrito foi o recrutamento eleitoral dos candidatos.

Para tanto, devemos considerar que o capital simbólico das lideranças políticas da Paraíba foi fundamental para garantir as constantes reeleições. Ainda que diversas e até certo ponto antagônicas, as organizações partidárias no estado paraibano convergiram para estruturação de um tipo de ação política e/ou apropriação da política partidária por certos grupos que se utilizou da estrutura partidária para personificar os partidos, ou seja: para muitos não se falava no PP, mas sim no partido de José Américo; depois de 1945, a UDN era conhecida como o partido de Argemiro de Figueiredo e José Américo; da mesma forma, o PSD ficou conhecido como o Partido de Rui Carneiro.

O que se configurou como sintomático foi a exclusividade do “Clube de políticos” da Paraíba por dentro da estrutura partidária. Isso significou promover cada vez mais os aspectos de credibilidade, legitimidade e arregimentação de massas, por meio do discurso ou exercício do poder, em um processo constante de adaptação das características do poder e sua dinâmica elástica, com o objetivo de preservar os espaços de dominação e/ou projetos de organização social a partir das estruturas do Estado. Para tanto, o campo de poder paraibano foi formado dentro do espectro dos que tiveram acesso ao capital econômico e exerceram influência social, de certa forma, pela promoção de certa estratificação social.³⁷

Considerações Finais

De forma muito intensa e organizada, entre os anos de 1930 a 1950, o poder político paraibano foi um espaço pensado por grupos e por lideranças políticas com “acesso” aos mais variados níveis da estrutura do Estado. Ainda que o movimento de 1930 tenha operado a centralização político-administrativa do Estado, os grupos de poder locais aprenderam e desenvolveram estratégias de manutenção dos seus espaços de poder por dentro da estrutura centralizada do Estado pós-1930.

É evidente que essa constatação não constitui exclusividade da Paraíba: outros grupos de poder, em espaços regionais diversos, também tiveram que se reorganizar frente ao centralismo do pós-1930 para continuarem a influir sobre a política local. Minas Gerais, quando do advento da República, passou por uma fase de adaptação para servir aos interesses dos que já detinham o

³⁷ Ver: BOURDIEU, 1998. Op. Cit.

poder econômico e de exercício do poder político, na dobradinha com São Paulo; posteriormente, depois de 1930, a modernização econômica e política se mostrou conservadora, excludente e contraditória: ao passo em que a elite política mineira que, embora ampla, se mostrava fechada e com forte ligação com a terra, entendeu que a instrução do povo se fazia essencial para política³⁸. Pernambuco depois de 1930 buscou reconstituir-se enquanto representação política na base dos interesses açucareiros, alinhados ao Interventor Lima Cavalcanti e preservando o alinhamento dos grupos.³⁹ Por sua vez, em São Paulo a classe dominante, composta por indivíduos oriundos das classes exportadoras e acostumados a tomar decisões no campo da política econômica, sobretudo entre 1889-1930, buscaram privilegiar os interesses de sua classe de origem. Depois de 1930, a elite paulista buscou o seu costumez papel decisório que, embora não lograsse êxito absoluto, influenciou para que o centralismo do Estado se voltasse em parte para seus interesses. A elite paulista configurou-se, então, como econômica e portadora de uma força motriz, cuja identidade passava pela ideia de que ela também seria a elite nacional e progressista, instruída e ligada ao capital agrário e industrial.⁴⁰

O que se observa nesses espaços regionais são conformações e ajustes mais amplos e de base econômica muito evidente, por dentro da estrutura centralista do Estado Nacional, mesmo depois de 1930. Na Paraíba essas conformações, ainda que tenha considerado o *status* econômico e a base agrária das relações de poder, buscaram promover e evidenciar o capital político de grupo.

Portanto, podemos afirmar que o desenho das elites político-partidárias na Paraíba esteve moldado por indivíduos das classes abastadas, com alta escolaridade, considerável patrimônio e filiados a partidos políticos próximos do centro de poder político, cuja tendência foi a multiplicação das chances de êxito na disputa de cargos eletivos.

Quando aproximamos essas considerações da conjuntura político-social da Paraíba de 1930 a 1950, percebemos que, embora as conformações da política local houvessem se distanciado relativamente da lógica oligarquizante, a ação política dos grupos de poder local carregou, como prática política, uma ação

38 Sobre a política mineira ver: WIRTH, John. O fiel da balança: Minas Gerais na Federação brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

39 Sobre Pernambuco na Primeira República ver: LEVINE, Robert M. A velha usina. Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

40 Sobre a participação de São Paulo na Primeira República ver: LOVE, Joseph. A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

paternalista e assistencialista, consolidada em seu ápice nas campanhas eleitorais. As disputas para os cargos políticos e os direcionamentos políticos no estado contemplaram largamente a consolidação de grupos tradicionais de poder e as possibilidades de quebras dessa continuidade foram esporádicas e pouco recorrentes.

Outro elemento que devemos considerar diz respeito à solidez das elites políticas e partidárias da Paraíba. Quanto mais o capital político familiar estiver consolidado, maior a capacidade de agregação das lideranças, ou seja, a política paraibana é uma política de famílias, de *status* e de base econômica tradicionalmente agrária. Observamos que os integrantes dessa elite político-partidária prezam pela distinção social e quanto mais próximas da capital do estado, maiores são as chances de ascensão política. Ainda assim, quanto mais nos afastamos da área litorânea do estado, mais percebemos a importância do capital familiar para o poder local.

A identificação dos sujeitos políticos trilhou caminhos que incluíram outros diversos espaços de atuação político-partidária. Os lugares institucionais e os espaços de atuação desses sujeitos, neste texto, considerando os limites e a abordagem escolhida, não foram aprofundados no sentido de definir quais foram esses espaços e como os discursos dos grupos na Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) reforçaram o ordenamento estabelecido pelas lideranças político-partidárias e também reforçam a solidez das elites políticas na Paraíba. Entretanto, aqui identificamos “quem manda”, na medida em que esses sujeitos influenciaram decisões, ações políticas e organizaram os partidos políticos de acordo com seus interesses, cujo fim foi o estabelecimento de um padrão de influência política de grupos, de lideranças.

Referências bibliográficas

Fontes

FUNDAÇÃO CASA DE JOSÉ AMÉRICO. Correspondências de José Américo de Almeida – 1930/1940. João Pessoa – PB.

JORNAL A UNIÃO. Paraíba, 1930 a 1940.

SANTOS, Mariana Karen Alves dos & SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. Coleta de dados documentais dos políticos paraibanos pós 1930: Assembleia Legislativa do estado, TRE e diretórios partidários. Relatório Final. Programa de Iniciação Científica (PIBIC/UEPB). João Pessoa: UEPB, 2019.

SANTOS, Mariana Karen Alves dos & SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. Análise e formação da elite política paraibana a partir dos políticos paraibanos eleitos na Paraíba em 1933/1934 e 1945. Relatório Final. Programa de Iniciação Científica (PIBIC/UEPB). João Pessoa: UEPB, 2020.

MELO, Zênia Chaves de Araújo; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. Relações políticas e a consolidação da elite política paraibana a partir dos políticos paraibanos eleitos na Paraíba em 1947. Relatório Final. Programa de Iniciação Científica (PIVIC/UEPB). João Pessoa: UEPB, 2020.

Bibliografia consultada

ABREU, Alzira Alves de. [coord. et al.]. Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930/. 2 ed. Vol 1 e vol. IV. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. UND e o Udenismo. Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965). São Paulo: Paz e Terra, 1981.

BLONDEL, Jean. As Condições da Vida Política no Estado da Paraíba. João Pessoa: Assembleia Legislativa/Instituto de Estudos Políticos e Sócios Ulisses Guimarães, 1994.

BOBBIO, Norberto. “A política: características do poder político”. IN: O filósofo e a política: antologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003; p. 139-158.

- BOURDIEU, Pierre. O poder Simbólico. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. Capital Cultural, Escuela y Espacio Social. México: Siglo Veinteuno, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CARVALHO, Martha Maria Falcão. Poder e Intervenção Estatal: Paraíba - 1930 - 1940. Editora Universitária da UFPB, 2000.
- CITTADINO, Monique. Populismo e golpe de Estado na Paraíba (1945/1964). João Pessoa: Universitária/UFPB/Ideias, 1998.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001.
- GOMES, Ângela de Castro. A invenção do Trabalhismo. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.
- GOMES, Jordan Queiroz. A família Pessoa, o prestígio e a tradição: encenações e práticas oligárquicas na Paraíba (1889-1942). 2018. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. Morte e Vida das Oligarquias-paraibanas: Paraíba (1889- 1945). João Pessoa: Ed. Universitária. UFPB, 1994.
- HIPPOLITO, Lúcia. De Raposas e Reformista – O PSD e a Experiência Democrática Brasileira (1945-64). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. Editora Companhia das Letras, 2012.
- LEVINE, Robert M. A velha usina. Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- LEWIN, Linda. Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

- LIMEIRA, Maria das Dores & FORMIGA, Zeluiza da Silva. UFPB: implicações políticas e sociais de sua história. Nº 11. João Pessoa: UFPB/NIDHIR, 1986 (Mimeo).
- LOVE, Joseph. A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MARENCO, André e SERNA, Miguel, “Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento Legislativo em Brasil, Chile e Uruguai”. IN: Revista brasileira de Ciências Sociais, vol. 22, n. 64, São Paulo, Jun. 2007, pp. 93-113.
- MICELI, Sergio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- PERISSINOTTO, Renato Monseff. As elites políticas: questões de teoria e método. 1 ed. Curitiba: InterSaberes, 2012.
- PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano Nervo (Org.). Como estudar elites. 1. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2015.
- RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. A gangorra do poder (Paraíba – 1889/1930). João Pessoa: Universitária/UFPB, 1989.
- SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. Os domínios do Estado: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932). Campina Grande: EDUEPB, 2018.
- SANTOS NETO, Martinho G. dos; SILVA, Waniéry Loyvia de Almeida. Regime de Interventorias: política e sociedade na Paraíba da Era Vargas (1930-1945). João Pessoa: Editora UFPB, 2020.
- SANTOS NETO, Martinho Guedes dos & SANTOS, Mariana Karen Alves dos. Análise e formação da elite política paraibana a partir dos políticos paraibanos eleitos na Paraíba em 1933/1934 e 1945. IN: BRAGA, Valdir de Andrade Braga; VANDERLEI, Maria Fátima & BARBOSA, Rogério Oliveira Barbosa (orgs.). Série iniciados: trabalhos premiados no XXVIII Encontro de Iniciação Científica da UFPB. Vol. 26 (2019-2020). João Pessoa: PRO-PESQ/UFPB : Editora UFPB, 2021, p. 444-462.
- SILVA, Waniéry Loyvia de Almeida. Autoritarismo, repressão e propaganda: A Paraíba no governo de Argemiro de Figueiredo (1937-1940). Dissertação (mestrado em História). João Pessoa: UFPB/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2017.

SILVA, Bárbara Bezerra Siqueira. O poder político de José Américo de Almeida: a construção do americanismo (1928-1935). Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: UFPB/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2015.

SOUSA NETO, Bento Correio de. Governo interventorial e relações de poder na Paraíba pós-1930: A administração de Gratuliano Brito (1932 – 1934). 2016. 242 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

WIRTH, John. O fiel da balança: Minas Gerais na Federação brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ZULINI, Jaqueline Porto & RICCI, Paolo. “O Código Eleitoral de 1932 e as eleições da Era Vargas: um passo na direção da democracia?”. IN: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol 33, no 71, p.600-623, Setembro-Dezembro 2020.

Recebido em 10 de janeiro de 2024
Aprovado em 25 de março de 2024

